

DE ACORDO COM HÉLDER REIS, SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO
E DO ORÇAMENTO

Novo modelo contabilístico representa reforma estrutural para a administração pública

“Nos dois últimos anos foi possível conceber um modelo contabilístico completamente novo para o setor público, encerrando em si uma das mais importantes reformas estruturais no que à administração pública diz respeito.” A opinião foi manifestada por Hélder Reis, secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, no final dos trabalhos do Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas, tendo revelado a convicção de que o modelo português seja uma referência a nível europeu.

A reforma foi concretizada com a publicação muito recente do diploma que dá força legal ao novo modelo contabilístico para as administrações públicas e da revisão da Lei do Enquadramento Orçamental, que contemplou novos processos e objetivos na contabilidade e nas contas públicas. “Uma das razões estratégicas deste Governo foi a revisão do modelo contabilístico aplicável às entidades de todas as administrações públicas – central, regional, local e segurança social – eliminando, assim, Plano de Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e os planos contabilísticos setoriais dele derivados”, adiantou o secretário de Estado.

Tendo em conta este novo contexto, em que se verificaram profundas alterações, Hélder Reis chamou a atenção para o facto de a responsabilidade pela contabilidade das entidades públicas passar a ser acometida a um contabilista, o chamado “contabilista público”, sujeito a uma formação específica, definida pelo Ministério das Finanças, em articulação com a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC). Pode representar também mais uma possibilidade destes profissionais entrarem num novo tipo de mercado de trabalho.



Hélder Reis acredita que o novo sistema contabilística vai trazer transparência às contas públicas e tornar o seu controlo mais eficaz.

Reestruturação da CNC

O secretário de Estado Adjunto e do Orçamento lembrou ainda aos muitos profissionais presentes no Congresso da OTOC que teve lugar na cidade de Lisboa, que o Governo reestruturou a Comissão de Normalização Contabilística (CNC), “integrando nela as competências pela normalização da contabilidade no setor público, a qual aprovou uma proposta de normativo para o setor público, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)”. E referiu ainda que a par das medidas de política de consolidação que permitiram “alcançar os resultados conhecidos, o próprio processo orçamental foi significativamente melhorado. A transparência é maior. A mo-

nitização é mais eficaz e o controlo é efetivo”.

Considera o governante que “são valores reconhecidos como fundamentais na contabilidade de uma empresa e são também indispensáveis na contabilidade pública, pois a normalização contabilística em Portugal para o setor público encontrava-se até agora desatualizada, fragmentada e inconsistente, justificado sobretudo pela existência de referenciais contabilísticos autónomos para as administrações central e local e para os setores da saúde, da educação e da segurança Social”, concluiu Hélder Reis. É uma importante reforma do Estado e que, por certo, vai possibilitar uma muito maior transparência no setor público. Por outro lado, em termos orçamentais, vai garantir mais certezas e previsões mais próximas da realidade.